

El contenido de esta obra es una contribución del autor al repositorio digital de la Universidad Andina Simón Bolívar, Sede Ecuador, por tanto el autor tiene exclusiva responsabilidad sobre el mismo y no necesariamente refleja los puntos de vista de la UASB. Este trabajo se almacena bajo una licencia de distribución no exclusiva otorgada por el autor al repositorio, y con licencia Creative Commons – Reconocimiento de créditos-No comercial-Sin obras derivadas 3.0 Ecuador



---

**A negacao do esporte como lógica da vida e da saúde  
Megaespectáculos: caravisível e contraditória  
do caráter predatório e malsao do esporte-negócio**

**Jaime Breilh**

**2014**

Capítulo del libro: Capela, Paulo, org. y Tavares, Elaine, org. Megaeventos esportivos: suas consecuencias, impactos e legados para América Latina. Brasil: Institutos de Estudios Latinoamericanos, IELA, 2014.

**Paulo Capela  
Elaine Tavares**  
(organizadores)

# **MEGAEVENTOS ESPORTIVOS**

**Suas consequências, impactos e legados  
para a América Latina**





# Sumário

Introdução	9
<i>Amir Capela</i> <i>Elaine Tavares</i>	
Regimentos no Brasil, o desenvolvimento do desenvolvimento e o assalto ao Estado	13
<i>Wilson Ouyriques</i>	
Jogos Olímpicos: Estado, organização esportiva e a configuração da Agenda Rio 2016	45
<i>Fernando Mascarenhas, Pedro Fernando Avalone Athayde</i> <i>Mariângela Ribeiro dos Santos, Natália Nascimento Miranda</i>	
Organização do esporte como lógica da vida e da saúde e espetáculos: cara visível e contraditória do caráter econômico e máisão do esporte-negócio	67
<i>Jaime Breilh</i>	
Regimentos esportivos e acumulação de capital	91
<i>Marcelo Weishaupt Proni</i>	
Legado da Copa do Mundo na África do Sul e o legado para o mundo do trabalho	109
<i>Elaine Cottle, Mauricio Rombaldi</i>	

- SARDINHA, T. B. (2008). Lula e a metáfora da conquista. *Linguagem em (dis)curso*, Tubarão, v. 8, n. 1, p. 93-120.
- SIMSON, V.; JENNINGS, A. (1992). *Os senhores dos anéis: poder, dinheiro e drogas nas olimpíadas modernas*. São Paulo: Best Seller.
- SINGER, A. (2009). Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos*, São Paulo, 85, p. 83-102.
- SINGER, A. (2010). A segunda alma do Partido dos Trabalhadores. *Novos Estudos*, São Paulo, 88, p. 89-111.
- SOUZA, L. R. (2003). Neodesenvolvimentismo e o governo. *Princípios*, São Paulo, n. 69, p. 18-28.
- TAVARES, O. (2005). Comitê Olímpico Internacional. In: GONZÁLEZ, F. J.; FENSTERSEIFER, P. E. (Orgs.). *Dicionário crítico de educação física*. Ijuí: Unijuí.
- VAINER, C. (2009). Rio 2016: um jogo (olímpico?) de cartas marcadas. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, n. 245, p. 3-4.
- VAINER, C. (2010). *Megaeventos e cidade de exceção*. Anais da International Conference Mega-Events and the City. Niterói.

## A negação do esporte como lógica da vida e da saúde Megaespetáculos: cara visível e contraditória do caráter predatório e malsão do esporte-negócio

Jaime Breilh\*

### Introdução

O esporte é um produto e ao mesmo tempo uma ferramenta da vida humana. Constitui uma expressão do grau de vitalidade de um povo em um momento histórico determinado, porém, ao mesmo tempo, é um instrumento de cada sociedade para avançar.

Na medida em que uma sociedade se desenvolva sob condições de vida sustentáveis, soberanas, solidárias e saudáveis/biosseguras, o esporte passa a ser uma expressão positiva daquelas e um recurso que os povos têm para consolidar formas de viver adequadas.

Lamentavelmente, a sociedade de mercado, ao substituir a lógica da vida por uma lógica agressivamente mercantil ligada à acumulação de riqueza pela minúscula classe possuidora dos grandes capitais, orienta toda sua força produtiva para a geração de objetos vendáveis – entre eles a atividade esportiva – em lugar de focar na produção de sujeitos vitais. Sob esta lógica o esporte deixa de ser percebido como um valor de uso da humanidade e passa a ser um valor de troca para o negócio dos grandes donos de empresas ligadas ao esporte-negócio. Este giro determina que o emprego a fundo de tecnologias nos equipamentos e demais elementos do esporte estejam a serviço dos atletas mercadoria que servem ao negócio do espetáculo, em lugar de serem pensadas em função



do avanço solidário de todos e todas em sua capacidade de atividades física e esportiva, não já sob uma orientação mercantil para a competição de alto rendimento, senão sob uma lógica de desenvolvimento humano em igualdade, onde a competição se situe como estímulo, porém não orientada ao negócio.

Não só as capacidades coletivas, físicas e esportivas se veem afetadas por este giro em direção ao esporte-negócio, senão também as virtualidades da prática física como ferramentas da cultura. Em lugar de servir para o crescimento de uma cultura de liberdade e igualdade, o esporte constrói elites vendíveis ante as quais o povo comum fica como um consumidor inferior; manobra que contribui para a reprodução de um modo de civilização baseado no individualismo, no consumismo e com uma visão antropocêntrica que desdenha a importância de proteger e desenvolver relações harmônicas com a natureza.

Nestas páginas perfilamos o papel destrutivo dos megaeventos do esporte-negócio na América Latina como instrumentos de acumulação econômica dos grupos apoderados da maquinaria esportiva mundial, e como obstáculos históricos para o desenvolvimento democrático, sustentável, solidário e saudável de uma atividade física ligada ao desenvolvimento humano profundo.

### *Ponto de partida: as contradições do contexto latino-americano*

O avanço da consciência social dos povos da América Latina e a eleição de governos democráticos em vários países criaram cenários propícios para a construção de certas margens de soberania, igualdade e um relativo maior bem-estar na região. Alguns qualificaram nossa região como uma terra de promessa no meio de um mundo em crise.

Em contraste com o panorama evidentemente sombrio do neoliberalismo dos anos 80 e 90 e com a crise que açoita as economias de outras latitudes, a economia regional e alguns indicadores de avanço redistributivo mostram recuperação. Os povos latino-americanos parecem tomar as rédeas de sua história, apesar das imperfeições da democracia representativa e das evidentes limitações dos avanços conquistados.

Porém, esta relativa e débil bonança não nos deve fazer perder de

o reproduz, apesar de suas crises, permanecem realmente intocados, e desataram por décadas – com mais força atualmente – uma contínua e cada vez menos reversível acumulação de desigualdade e destruição da vida.

Um dos fatos mais preocupantes e paradoxais deste período de relativa convalescência social é a celeridade com a que as elites desta agressiva sociedade de mercado conseguem reestabelecer seu domínio e hegemonia, ainda em meio à crise, e por outra parte, a falta de perspicácia dos povos para compreender a incompatibilidade estrutural que existe entre o modelo de sociedade imposta e as possibilidades de construir um bem-estar real e uma relação sustentável e protetora da vida na Terra.

É como se nos dispuséssemos a repetir, aqui no Sul, a cegueira dos povos do Norte onde a exacerbação do poder tecnológico, a promessa de um afluente e esbanjador “*american way of life*”, e o desfrute de um nível de investimento e consumo possíveis, acostumaram o povo trabalhador e a classe média a viver uma bolha de progresso aparente, com centros comerciais e espaços de consumo de todo tipo abarrotados, enquanto se aprofunda a fragilidade da base socioeconômica e se destrói a natureza.

Não podemos esquecer então que nem a prática e o desfrute do esporte podem se subtrair das determinações de uma ordem social tão irracional e malsã, onde suas elites nos empurram ao abismo. E o ponto neurálgico deste fenômeno é no campo do esporte, sobretudo do esporte megaespetacular, que facilita o trabalho das ditas elites porque podem se aproveitar de nossa fascinação pela atividade física e pelo esporte. Então, enfrentamos o desafio ético-político de fortalecer uma perspectiva crítica e promover um debate acerca dos caminhos equivocados para onde querem nos direcionar os que convertem o esporte e a prática da atividade física em eficientes mercadorias que sustentam seus colossais negócios do esporte-espetáculo.

Como o analisaremos logo, os balanços efetuados por centros de pesquisa independentes sobre os efeitos econômicos, sociais, culturais da organização de megaespetáculos futebolísticos e olímpicos em vários países, produzem saldos muito preocupantes, e cujos limitados efeitos positivos não guardam correspondência alguma com os danos que se



ocasionam e com o enorme gasto dos fundos do erário público que são direcionados para dotar o “*big-business*” esportivo dos estádios, cancha, infraestrutura habitacional, meios de transporte e comunicação, que são requeridos pela maquinaria do megaespetáculo massivo e global.

Nessas circunstâncias, nada mais perigoso que nos submeter acriticamente, sem benefício de inventário, às condições que a pesquisa internacional dota aos megaespetáculos, e às regras do jogo que, segundo ditos estudos, têm sido criadas pelas empresas gigantes que são donas dos eventos. Não podemos descuidar a geração – junto com nossas coletividades organizadas – de uma estratégia para defender o sentido de competição fraterna, benefício compartilhado e promoção do esporte como prática saudável, que inspirou os criadores do mundial e das olimpíadas.

É por isso que esta nona edição das Jornadas deve nos ajudar a analisar e responder certas perguntas-chaves cujas respostas poderiam orientar esse inventário urgente do que aconteceu e o que está acontecendo com o esporte global. E, nessa direção, parece lógico começar sistematizando o estado de nosso conhecimento, refletido na importante bibliografia produzida por pesquisadores brasileiros e de outras latitudes, na qual se estabelecem questionamentos que são urgentes para o povo irmão do Brasil, porém que nos correspondem a todos os povos da região que, de diversas maneiras e sem necessidade de sermos anfitriões dos eventos, estamos sujeitos a sofrer consequências muito negativas agora e no futuro.

Em primeiro lugar, temos que esclarecer: Quais são os motivos pelos quais a problemática dos megaeventos é parte do debate social, do desenvolvimento e da saúde coletiva? De serem contundentes as afirmações que conseguimos acerca da relação indicada, seria importante se perguntar: Quais têm sido as características dos megaeventos que foram organizados em anos anteriores e quais seus efeitos sobre a situação social, esportiva e de saúde das sociedades? Em terceiro lugar, nos perguntar: É a lógica do esporte-negócio a que se está implementando na América Latina e nos megaeventos do Brasil? E de ser assim, nos perguntar em quarto lugar: Se as organizações sociais e acadêmicas, dado o caráter “delicado” e “impopular” de um possível questionamento a eventos que estimulam uma massiva sede de consumo esportivo, mes-

mo assim o fizerem, devemos nós assumir estes desafios como parte de nossa agenda? Logo, uma vez esclarecidas as questões anteriores, temos finalmente que buscar nos pontos anteriores as linhas orientadoras para uma agenda de pesquisa, monitoramento e ação que conformem a base de uma estratégia para posicionar o debate sobre os megaeventos na agenda das organizações, dos corpos legislativos de nossos países, das universidades e centros de pesquisa.

E é em função da urgência estratégica de responder a estas interrogantes que devemos saudar o acerto do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal de Santa Catarina e as outras entidades organizadoras das Jornadas Bolivarianas, ao convocar um encontro dos especialistas e de pesquisadores das organizações e movimentos sociais, para gerar coletivamente um inventário crítico, assim como uma análise das tarefas que cada uma de nossas organizações ou instituições pode cumprir para levantar uma campanha global em defesa do futebol e dos esportes olímpicos, e em defesa do *esporte-vida*, do *esporte-igualdade*, frente à desfiguração da lógica do esporte-mercantil, que socavou os efeitos protetores e de promoção em respeito à saúde.

Empenho este que ainda é válido agora, apesar de que os planos estratégico-operativos e os cronogramas de execução dos megaespetáculos se encontram muito avançados. E, claro, não haveria um melhor lugar para um encontro que a bela cidade de Florianópolis, onde seus especialistas e líderes sociais têm ganhado, com criatividade e trabalho, o assento de um dos maiores centros de pesquisa crítica e participativa do esporte.

### *A atividade física e o esporte na determinação social da saúde: uma epidemiologia crítica do esporte*

O argumento principal que sintetizamos aqui é que a prática do esporte é parte da determinação da saúde. Porém, não só na ordem ou domínio individual do exercício como recurso terapêutico ou como instrumento de prevenção ante as doenças crônicas, senão em um sentido social, muito mais amplo e profundo, que abarca a contribuição da ins-



como elementos que contribuem a definir e ao mesmo tempo são determinados pela lógica econômico-política geral da sociedade, passando pelos modos de viver estruturais dos grupos típicos da sociedade; até condicionar os estilos de vida das famílias e indivíduos.

A epidemiologia do esporte (crítica)<sup>1</sup> é o conjunto de condições, conhecimentos e práticas ao redor do esporte e da prática física relacionados à determinação da saúde, cujo estudo serve para desentranhar os problemas de saúde que geram e reproduzem a penetração da lógica da acumulação e o modelo de civilização de mercado no esporte. Cumpre também desencadear linhas de ação que signifiquem uma ruptura na direção de uma sociedade nova, onde as práticas e conhecimentos ligados ao esporte contribuam, no coletivo, para construir uma sociedade com modos de viver saudáveis, relações sociais de equidade, ambientes sustentáveis e biosseguros; e, no individual, contribuam – mediante a pesquisa e a gestão – à preeminência de processos protetores e suportes, coletivos, familiares e individuais, possibilitando o predomínio de exercícios fisiológicos e psicológicos que sustentem uma boa qualidade de vida biológica e psíquica, e contribuam para uma maior longevidade, capacidade de assimilação de fatos danosos, potencialidade para a plena atividade física em todas as idades, desfrute do prazer e a espiritualidade.

Mas, também pode assumir interpretações radicalmente distintas quando se analisa a relação desde a perspectiva da ordem de coisas como sujeita ao livre arbítrio de pessoas, e quando se observa a dita ordem como sujeita às relações sociais e do movimento coletivo. Daí que, existe uma visão convencional que reduz todo o assunto à medicina do esporte, e outro olhar integral e abarcador que assume a prática física e o

1 Epidemiologia crítica: conjunto de condições, ideias e práticas/organizações que conformam um movimento, social e historicamente determinado, que levam a efeito os seres humanos, seja como grupos coesos ao redor dos interesses estratégicos de sua inserção estrutural, filiação cultural e de gênero, ou seja, em sua condição individual junto com seu núcleo familiar, para desentranhar as raízes socioambientais dos problemas de saúde que gera e reproduz a acumulação, para pensar sobre estas com um sentido crítico e para atuar em uma linha de emancipação a respeito dos processos malsãos que provoca nas ordens geral, particular e singular, em linhas de ação que signifiquem ao mesmo tempo uma ruptura em direção de uma sociedade sustentável, soberana, solidária e saudável/biossegura em todos seus espaços, que façam possível a preeminência de processos protetores e suportes, coletivos, familiares e individuais, que possibilitem o predomínio de exercícios fisiológicos e psíquicos que sustentem uma boa qualidade de vida biológica e psíquica.

esporte como processos cujo desenvolvimento depende poderosamente das relações socioeconômicas, políticas e culturais de uma sociedade, e sua influência sobre a formação histórica de modos de viver característicos de distintas classes sociais – cruzadas por relações de gênero e etnoculturais – que marcam por sua vez as possibilidades e estilos de vida individuais dos quais são parte as práticas físico-esportivas das pessoas (Breilh, Matiello Júnior, y Capela, 2010).<sup>2</sup> Em cada sociedade e momento de sua história os distintos grupos (i.e. classes-gênero-etnia) adquirem modos de viver característicos nos quais as formas de trabalhar, cargas laborais, formas de sedentarismo, os tempos do ócio, os suportes sociais, a cultura sobre o físico e o corpo vão derivando em uma atitude e práticas esportivas que, finalmente codeterminam as características genéticas e dos fenótipos que logo podem ser herdáveis e entram no processo de determinação social da saúde.

Na era atual a relação entre a prática físico-esportiva e a saúde ocorre sob um modo de civilização e de cultura construídos sobre a matriz de uma economia que gira em torno da acumulação privada, que cria espaços e modos de viver dedicados a reproduzir o mercado e os lucros das elites proprietárias e não a garantir a reprodução da vida. O esporte fica assim constrangido por uma sociedade que se sustenta na competição privada para a acumulação, em uma cultura do consumismo e individualismo, e em um modelo de educação e saúde que foca nos indivíduos.

Para romper com essa lógica, o ponto de partida é reconhecer que a prática física e esportiva, o treinamento, e ainda a própria configuração biológica e o psiquismo dos praticantes do esporte, são processos complexos, socialmente determinados e não apenas fenômenos bio-psicológicos que dependem do livre arbítrio das pessoas, e que traduzem exclusiva e essencialmente uma experiência individual; como se costuma assumir desde o olhar dos paradigmas biologicista e behaviorista na corrente hegemônica.

Este salto interpretativo em nossa leitura da relação entre o individual e o coletivo no esporte, se acompanha de um giro também na

2 Jaime Breilh, Edgard Matiello Júnior, e Paulo Capela. 2010. «A Globalização e a Indústria do Esporte: saúde ou negócio?» Em: *Ensaos Alternativos Latino-americanos de Educação Física, Esportiva e da Saúde*, Edgard Matiello Júnior, Paulo Capela, Jaime Breilh, editores, 2010, pp. 11-24.



interpretação da relação entre o biológico e o social nesse campo. Vários autores da medicina social latino-americana coincidimos em assinalar que o social não é externo à vida e a saúde, que há uma historicidade dos fenômenos biológicos, e que as mudanças fisiológicas e genéticas que caracterizam os fenótipos e genótipos humanos se desenvolvem sob o condicionamento do social (Laurell, 1994; Breilh, 1994; Quevedo & Hernández, 1994).<sup>3</sup>

Por conseguinte a condição da prática física e do esporte como processos que participam e se expressam na determinação social da saúde faz com que qualquer realidade que os menoscabe ou distorça tenha implicações profundas na saúde coletiva.

Por todo o dito e mais ainda ante as constatações dos efeitos concretos que deixaram os megaeventos, os especialistas do esporte devem se perguntar: que é o que reflete em termos do desenvolvimento vital ou psico-biológico geral, ou seja, em relação com a capacidade física dos cidadãos ou da condição saudável de seus fenótipos e genótipos, o fato de que um país ganhe um assento alto na copa, nos jogos olímpicos? Para além da inegável honra e do sentimento de orgulho nacional que assoma em nós quando um futebolista ou atleta do país se levanta entre os grandes do esporte, o qual todos celebramos: o que é, em termos reais e estendidos, que essas vitórias refletem acerca do grau de bem-estar e capacidade física da ampla população ampla para além das elites?

À margem do princípio geral de que cada sociedade tem uma “sementeira” esportiva potencial, e recursos para aproveitar com eficiência as potencialidades esportivas de elementos bem dotados extraídos de seu povo, que são factíveis de se aproveitar segundo esse povo disponha das modalidades de trabalho e consumo, dos tipos etnoraciais e das viabilidades práticas que permitam seu território e o tempo livre de suas gentes, o fato é que se poderia asseverar que na maioria dos países o

êxito esportivo nas copas e nos jogos olímpicos, mais que o produto de um estado de bem-estar e desenvolvimento generalizado biopsíquico, é o produto de inversões focadas em elites e em instituições privadas ou públicas que recrutam os atletas com potencial, extraíndo-os de seus contextos sociais deficitários.

Deveríamos investigar, portanto, a comparação de um antes e um depois dos megaeventos para constatar o efeito desses acontecimentos sobre o desenvolvimento social e esportivo da gente comum. Os antecedentes científicos disponíveis parecem sugerir que o rastro ou o legado, como se costuma dizer, das copas e jogos mundiais é mínimo ou nulo, pelo menos em proporção aos multimilionários investimentos que são exigidos.

Em condição de especialista epidemiologista expus reiteradamente esta pergunta porque tenho sérias dúvidas sobre estes assuntos e há que investigar. E, nessa linha, para começar, as comparações não deveriam ser feitas contrastando o número absoluto de medalhas. O que se tem de fazer é observar os índices destas por cada 100 mil habitantes que as geraram potencialmente. Só assim pode-se estabelecer a capacidade vital comparativa no esporte.

A modo de ilustração, tomamos o quadro de medalhas dos XXVI Jogos Olímpicos de 1996 (Atlanta), promovido pelo Comitê Olímpico Internacional, para os 30 países com o maior número de medalhas de ouro, e reordenamos os países em ordem descendente segundo o índice de medalhas de ouro por cada 100 mil habitantes (ver quadro nº 1).

Nesse reordenamento mais sujeito à base demográfica desde a qual se gestaram as medalhas se observa uma mudança e uma lição muito interessante nas posições. Assim, por exemplo, os Estados Unidos, que consta como vencedor do evento passa para a posição 21 entre os 30 países; quatro dos países BRICS, incluído o Brasil, se situa nas últimas posições do grupo, sendo que a Rússia cai do segundo posto para a posição 20; a China, do quarto posto cai para a última posição; a África do Sul e o Brasil permanecem nas posições mais baixas do grupo escolhido. Então, agora, desde uma perspectiva mais realista e integral, Cuba, com apenas quase 11 milhões de habitantes, superou notavelmente os Estados Unidos com seus quase 260 milhões, ou seja, com 23 vezes mais de população para sementeiro (“canteiro”) potencial. A conquista

3 Laurell, Asa Cristina. 1994. «Sobre la concepción biológica y social del proceso salud enfermedad». In: *Lo biológico y lo social: su articulación en la formación del personal de salud.*, 1-12. Desarrollo de Recursos Humanos 101. Washington, D.C.: OPS.  
Breilh, Jaime. 1994. «Las ciencias de la salud pública en la construcción de una prevención profunda». In: *Lo biológico y lo social: su articulación en la formación del personal de salud.*, 63-100. Desarrollo de Recursos Humanos 101. Washington, D.C.: OPS.  
Quevedo, Emilio, y Mario Hernández. 1994. «La articulación del conocimiento básico biológico y social en la formación del profesional de la salud: una mirada desde la historia». In: *Lo biológico y lo social: su articulación en la formación del personal de salud.*, 13-34. Desarrollo de Recursos



tados Unidos. Porém, por outro lado, temos que levar em consideração que, de todos os modos, as medalhas ou a obtenção de uma copa, não necessariamente são um reflexo da condição físico-esportiva geral de uma sociedade, senão que desde o ponto de vista estritamente esportivo expressam muito mais o avanço de alto rendimento e o investimento tecnológico em grupos de elite, tirados de contexto. Já desde o ponto de vista empresarial e midiático, é o melhor recurso de *marketing* e identificação de uma elite esportiva que é recrutada para gerar milhões e para reproduzir a cultura e a hegemonia do modelo do esporte-negócio.

XXVI Olimpíadas Atlanta (1996): Posiciones 30 primeros países según medallas y por número

Según Medallas	País	Según Med x 100 mil	Número de Medalhas Absoluto				Total
			Habitantes	Oro	Plata	Bronce	
26	Nueva Zelanda (NZL)	1	3533809	3	2	1	6
8	Cuba (CUB)	2	10890878	9	8	8	25
19	Dinamarca (DEN)	3	5134327	4	1	1	6
28	Irlanda (IR)	4	3940995	3	0	1	4
12	Hungria (HUN)	5	10526000	7	4	10	21
18	Suiza (SUI)	6	6555550	4	3	0	7
7	Australia (AUS)	7	17873895	9	9	23	41
30	Noruega (NOR)	8	4284481	2	2	3	7
16	Grecia (GRE)	9	10136604	4	4	0	8
22	Bulgaria (BUL)	10	9041540	3	7	5	15
15	Países Bajos (NED)	11	15055065	4	5	10	19
5	Francia (FRA)	12	57430795	15	7	15	37
3	Alemania (GER)	13	76764509	20	18	27	65
17	República Checa (CZE)	14	15950450	4	3	4	11
29	Suécia (SWE)	15	8324786	2	4	2	8
6	Italia (ITA)	16	57704005	13	10	12	35
9	Ucrania (UKR)	17	42000000	9	2	12	23
24	Kazajstán (KAZ)	18	18000000	3	4	4	11
11	Polonia (POL)	19	39521849	7	5	5	17
2	Russia (RUS)	20	147700000	26	21	16	63
1	Estados Unidos (USA)	21	259745538	44	32	25	101
14	Rumania (ROU)	22	23932432	4	7	9	20
10	Coreia del Sur (KOR)	23	46218430	7	15	5	27
13	España (ESP)	24	40240632	5	6	6	17
21	Canadá (CAN)	25	27757445	3	11	8	22
27	Sudáfrica (RSA)	26	40051806	3	1	1	5
20	Turquia (TUR)	27	62330656	4	1	1	6
23	Japón (JPN)	28	127034128	3	6	5	14
25	Brasil (BRA)	29	167865789	3	3	9	15
4	China (CHN)	30	1229594874	16	22	12	50

### Megaeventos: o esporte-negócio, o social e a saúde

Não é uma simples coincidência que três dos maiores megaeventos se realizem em países do grupo de economias emergente denominado BRICS: Brasil, China e África do Sul.

Apesar de suas notáveis diferenças históricas e culturais os ditos países compartilham a característica de concentrar extensos espaços territoriais, mercados imensos, uma classe dirigente sedenta de crescimento, e “recursos” naturais propícios para a implantação de unidades de extrativismo. Os ciclos de acumulação de capital dos países BRICS se dão sobre uma intensificação das taxas de lucro conseguida por mecanismos de aceleração econômica baseados em: a convergência de capitais em usos lucrativos de alta tecnologia; a apropriação de bens estratégicos; o emprego massivo de força de trabalho barata; a disponibilidade de fontes energéticas, água e bens genéticos; o aproveitamento de vantagens comparativas conseguidas com uma combinação de mecanismos como o “*outsourcing*”, as zonas francas e os complexos financeiros operando em paraísos fiscais; a debilidade dos mecanismos de proteção soberana dos bens estratégicos; a aquiescência de governos na implementação de negócios de grande escala e na entrega de elementos estratégicos como a terra (“*landgrabbing*”), as fontes de água, as florestas, os recursos energéticos, os metais, e a biodiversidade (genoma). Sem exceção, os países do grupo, em consequência de sua acelerada concentração e monopólio econômico, se caracterizam por uma profunda inequidade/exclusão social, e por múltiplas formas de segregação ante as quais os programas públicos são apenas um paliativo inconsistente.

Nesse tipo de contexto, para os negócios, a implementação de megaeventos encontra um meio totalmente propício e tem a seu favor a apetência e sensibilização tão positiva em direção do esporte que todos temos, o qual torna muito difícil reconhecer o lado perigoso do esporte-negócio-espetáculo.

Temos que avançar em um balanço crítico dos aspectos negativos e também dos favoráveis observados em experiências como as da China e África do Sul para posicionar um olhar que oriente nossas reflexões.

Na República Popular da China se organizaram os jogos olímpicos.



bilhões foram para 10.000 obras de infraestrutura das cidades – questionadas por sua desarmonia e chocante contraste com a arquitetura de bairros e templos milenares –, e 2 bilhões para equipamentos em ginásios, estádios e arenas, em 37 sedes esportivas. Parte do financiamento (150 milhões) cobriu as doações de famílias de emigrantes chineses no Mundo. Um evento cuja audiência televisiva chegou a 4 bilhões de telespectadores, reuniu a participação de 205 países e 10.500 atletas (Uvinha, 2009)<sup>4</sup>.

Entre os impactos negativos o autor consultado registra: o gasto desproporcional em infraestrutura subutilizada; a expansão de construções; a desconexão do processo com a realidade social e com a solução da pobreza, enquanto, pelo contrário, se provocou a expulsão de bairros e comunidades pobres de zonas destinadas à infraestrutura e a demolição de zonas inteiras; o crescimento da especulação imobiliária; a desatenção de políticas de proteção ambiental; e no cultural, a imposição sem benefício de inventário e por meio da chamada “educação olímpica” forçando um padrão de cultura e de valores “ocidentais”, em detrimento da milenária cultura chinesa. Entre os componentes deste último se descreve a campanha para “não falar alto”, ou a de “ficar em casa para não saturar os espaços dos turistas”. Em troca, a mesma fonte expõe como favoráveis: o crescimento dos negócios do ócio e turismo; o fortalecimento da autoconfiança do povo chinês em suas capacidades físicas de competição, a superação de um sentimento de inferioridade chinesa em provas de força; e a mobilização de um espírito internacionalista com programas como o de “coração a coração” efetuado desde as escolas de Beijing a favor dos atletas de outros países.<sup>5</sup>

O caso da Copa Mundial na África do Sul de 2010 põe em séria questão o trilhado conceito dos “legados” que deixam os megaeventos. E foi Eddie Cottle, precisamente um profundo conhecedor do problema, como coordenador da campanha por trabalho decente dos sindicatos da construção da África do Sul, quem editou o livro “A Copa do Mundo da África do Sul: um legado para quem?” (“South Africa’s World

Cup A Legacy for Who?)<sup>6</sup>, que vem a ser um dos maiores testemunhos da chocante distância entre o discurso da campanha de promoção do evento e os impactos devastadores da copa para a gente pobre. Em honra ao povo trabalhador, dos irmãos do Brasil que nos acolhem aqui em Florianópolis para estas jornadas, cabe começar destacando o comentário de Neville Alexander, Diretor do Projeto para o Estudo de uma Educação Alternativa na África do Sul, da Universidade de Cape Town, ao citado livro (tradução do autor):

É uma detalhada análise que lança luzes sobre a agenda neoliberal da FIFA e das forças proeminentes que sustentaram o negócio da Copa Mundial na África do Sul em 2010. Demonstra como este espetáculo quadrienal vem a ser a quinta essência da comercialização do esporte, quando um punhado de cobiçosos (“gananciosos”) empresários abusa da popularidade do futebol para se enriquecer junto com seus aliados do mundo das corporações transnacionais. Porém é, ademais, uma voz de alerta e chamado a despertar oportunos para os trabalhadores e organizações do Brasil, de que devem aproveitar a atenção mundial que desperta a Copa para maximizar o crescimento de seus sindicatos e a melhora dramática das condições laborais dos trabalhadores do mundo.<sup>7</sup>

De acordo com Cottle (citado por Alexander Praça), a FIFA e seus sócios conseguiram os maiores lucros de sua história na África, sem pagar um centavo de impostos. Foi dito que esta primeira Copa em solo africano deixaria um notável legado para o povo, prometeram que os fundos públicos não seriam afetados porque os lucros seriam muito maiores que os gastos, que a Copa poria o país na lente midiática mundial e seria um meio de promoção de investimentos, e que com o mostrar das belas paisagens sul-africanas se multiplicaria o turismo mundial, que todos ganhariam pelo fluxo de turistas e seus gastos, que haveria muito emprego. Porém, a verdade foi totalmente diferente e com o tempo compreenderam, tarde demais, que a Copa se tratava de um instrumento inigualável de acumulação de capital privado à escala global,

4 Uvinha, Ricardo. 2009. “Os megaeventos esportivos e seus impactos: o caso das Olimpíadas da China | Ricci |”. *Motrivivência XXI* (32-33) (junho): 104-125.

6 Cottle, Eddie, ed. 2011. *South Africa’s World Cup A Legacy for Whom?* University of KwaZulu-Natal Press.



[...] nada igual, nem mesmo nos velhos tempos do imperialismo colonial [...] a copa recebe essa atenção mundial precisamente por que os ultra poderosos se beneficiam dela [...]. Das vantagens e legados oferecidos, apenas um é verdadeiro, o de que o país ficará com a glória de organizar um mundial, porém a um custo muito alto para a sociedade e para os pobres”<sup>8</sup>

Ante a constatação do engano e seus impactos em 2009 os 70.000 trabalhadores da construção nos estádios tiveram que se declarar em greve.

### *Fetichismo e verdade do cenário histórico do esporte latino-americano*

A realização dos megaeventos no Brasil atrairá sem dúvida a maior mobilização social da década na região, e também uma das maiores oportunidades para a elevação exponencial da capacidade de acumulação de capital por negócios de grande escala. Um fato desta natureza não podia menos que despertar um grande interesse por parte dos que trabalham com esporte e cientistas sociais, gerando uma valiosa produção intelectual e reflexões orientadoras acerca dos impactos de toda ordem que isto acarreta para o país irmão e inclusive para o desenvolvimento político-social da região.

Como acertadamente propõe o reconhecido professor Silvino Santin, um tipo de evento como esse é a expressão máxima da capacidade de uma mobilização social massiva, independentemente da cultura, idade e ideologia, que só seria superada pelas guerras mundiais; claro que, diferentemente dessas últimas, esse evento é proclamado como pacífico e festivo. Citando o livro *Os senhores dos anéis: poder, dinheiro e doping nas olimpíadas modernas* (Vyv Simpson e Andrew Jennings, Transparencia – 1992) o professor contrasta as duas perspectivas que podem se aplicar ante tamanho fenômeno: a dos cronistas esportivos que preferem se concentrar exclusivamente nos fatos esportivos, ignorando como o esporte está sendo destruído pela cobiça e ambição, ou a dos que pen-

sam sobre a relação entre o esporte e o poder, que afeta a coletividades do mundo (Santin, 2009).<sup>9</sup>

A *Revista Motrivivência*, em sua edição nº 27, de 2006, abriu debate sobre os “grandes eventos esportivos” com motivo dos Jogos Pan-americanos do ano seguinte. Naquela oportunidade o Brasil já tinha sido escolhido como sede da Copa do Mundo 2014, e os editores se perguntavam, ante a propaganda persistente sobre os benefícios que seriam legados ao país: isso se referia a quê Brasil, e para qual Brasil estava dedicado. O editorial de *Motrivivência*, na edição de junho-dezembro de 2009, se refere a uma sondagem do Datafolha mostrando primeiramente que 57% dos brasileiros se opunham que se gastasse do orçamento público, dos impostos do povo, para a construção de estádio; e, em segundo lugar, se referiam às carências das cidades no que diz respeito aos seus aeroportos, transportes, hospitais, habitações e condições meio ambientais, tudo isso quando desde o setor público se argumentava que os eventos trariam muitos empregos, vantagens de inclusão social, segurança e pressões à redução do consumo de drogas. Todas estas questões que, segundo o citado editorial, se tornam especialmente graves em um país com grandes desigualdades e pobreza.<sup>10</sup>

Para esses anos, quando ainda se discutia o fracasso dos chamados legados dos jogos pan-americanos, o Brasil adquiriu também o direito de realizar os jogos olímpicos em 2016, com o qual se consolidou o avanço da chamada “esportivização” do país, sob a crença intensamente reproduzida pelo discurso oficial de que o “esporte pode tudo”, pois como propalavam as comunicações oficiais: o esporte educa, o esporte dá saúde, o esporte é para todos, é um meio de inclusão e ascensão social.<sup>11</sup>

Até o final deste substancioso editorial a revista abre para o debate as distintas orientações a respeito da crítica dos megaeventos; primeiro, as posições de exacerbar sem questionamento algum os benefícios; logo, uma posição de crítica cerrada e negação absoluta dos mesmos como

<sup>9</sup> Santin, Silvino. 2009. “Megaevento esportivos no Brasil: benefícios – contradições | Santin |.” *Motrivivência* XXI (32-33) (Junho): 332-334.

<sup>10</sup> Editores. 2009. “Os ‘Negócios Olímpicos’ de 2016 no Brasil: ‘o Esporte Pode Tudo?’” *Motrivivência* XXI (32-33) (Junho): 9-15.

<sup>11</sup> Editores. 2009. “Os ‘Negócios Olímpicos’ de 2016 no Brasil: o Esporte Pode Tudo?” *Ibid.* p. 11

<sup>8</sup> Praça, Alexandre. 2011. “África do Sul 2010: legado no bolso da FIFA e seus parceiros – Le Monde Diplomatique Brasil.” *Le Monde Diplomatique Brasil*, November, sec. Editorial. <<http://www.>



uma rua sem saída; e uma terceira posição que reconhece a opção de aproveitar a visibilidade global e a pressão destes eventos para empurrar o movimento social e exigir reivindicações concretas a respeito das políticas públicas e sociais.

As análises que circulam nos fazem perceber efetivamente que há diferenças claras de critério sobre a copa e os jogos no Brasil. Para uns, os legados são inegáveis e positivos (Da Costa *et al.*, 2008).<sup>12</sup> Para outros autores, e desde sua leitura de Bourdieu, a capacidade de envolvimento e mobilização que criam as megacompetições constitui um meio potencial para a conquista de finalidades políticas e simbólicas; as cidades podem, além do mais, consolidar uma difusão de sua imagem em nível global e uma exposição midiática regional e internacional, graças à relação esporte-meio-espetáculo (De Almeida, Mezzadri, Marchi Junior, 2009).<sup>13</sup> Para outros, todo o processo funciona apenas para o enriquecimento, e inclusive se aproveitam de conjunturas de apertos e demandas de envergadura que não podem ser respondidas pelo público, para pressionar em direção a uma rápida privatização de serviços como o transporte aéreo. Denuncia-se igualmente que ante a expansão violenta da demanda de têxteis e vestidos esportivos se está provocando a deterioração das condições contratuais e de trabalho para alcançar as metas de produção. Inclusive se fala de trabalho escravo como parte da estratégia, sem que exista uma presença real das instituições responsáveis pelo mundial para tornar transparente o processo e frear essas condições nos países asiáticos onde se está gerando este grave problema (Szermeta, 2011).<sup>14</sup>

Outros analistas enfatizam um impacto de enorme transcendência já que esses eventos se centram no esporte de alto rendimento. Isso gera a sobrevalorização do mesmo e a colocação nos *rankings* competitivos como critérios excludentes de desenvolvimento esportivo, no qual passa

a um plano absolutamente secundário o modelo do esporte como instrumento de desenvolvimento educativo de caráter participativo que, sem dúvida alguma, deveria ser o aspecto central de uma autêntica e integral política esportiva (Ouriques, 2009).<sup>15</sup> Ou seja, os megaeventos impulsionam essa visão distorcida que proporciona o *modelo de rendimento* e relegam o *modelo educativo* de uma atividade física solidária e participativa. Tal como acontece no campo da saúde onde o paradigma hegemônico de uma saúde medicalizada e mercantil dá preeminência às atividades assistenciais curativas e relega os campos preventivo e de promoção, apesar de sua maior eficácia e sentido ao construir modos de viver saudáveis. E, claro, no fundo destas distorções radica o fato de que tanto o modelo de rendimento no esporte, como o modelo fármaco-bio-médico na saúde, são para o poder econômico âmbitos de investimento e prática de grande potencial lucrativo, justamente por seu alto custo residual.

Porém, no caso do Brasil, a hegemonia do modelo de rendimento e do esporte negócio não foi, segundo Nilso Ouriques, uma criação recente, senão um produto histórico que requereu transformação do papel do Estado e suas políticas esportivas, em correspondência com a transformação da economia e as relações de poder.

Na década de 1930 o Estado deixou de ser um simples financiador de estruturas para se converter em um instrumento de controle e administração da atividade esportiva. Muitos anos depois, já na era da ditadura, o estado assumiu o esporte como um elemento de seu aparato ideológico e como meio para difundir a imagem de um país pujante, com a estrela Pelé mostrando a existência de democracia racial. E já na era neoliberal, o Estado deu um giro e converteu o esporte em recurso de hegemonia e mecanismo de aproximação política com a sociedade por meio dos ídolos esportivos nacionais. Foi a partir desse momento que se abriu a era do esporte-mercado; rol que se consagrou mediante a chamada “Lei Pelé”, que deu abertura ao mercado internacional e à comercialização dos clubes através da privatização de seus departamentos de futebol. A vitória do Partido dos Trabalhadores, segundo o pesquisador citado, criou condições para dar uma volta de timão à política por

12 Da Costa, Lamartine P.; Dirce Correa; Elaine Rizutti; Bernardo Villano e Ana Miragaya. 2008. *Legados de megaeventos esportivos*. Brasília: CONFEF : Ministério do Esporte.

13 De Almeida, Bárbara; Fernando Mezzadri e Wanderley Marchi Junior. 2009. “Considerações sociais e simbólicas sobre sedes de megaeventos esportivos | Schausteck |.” *Motrivivência XXI* (32-33) (Junho): 178-192.

14 Szermeta, Ramon. 2011. “Desrespeito e exploração dos trabalhadores dos jogos – Le Monde Diplomatique Brasil.” *Le Mode Diplomatique Brasil*, November. <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1040>>

15 Ouriques, Nilso. 2009. “Olimpíadas 2016: o Brasil e o esporte como instrumento de desenvolvimento educativo de caráter participativo que, sem dúvida alguma, deveria ser o aspecto central de uma autêntica e integral política esportiva (Ouriques, 2009).”



meio das forças que haviam trabalhado pela democratização do esporte, como foram os profissionais da educação física e o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. E, então, por um tempo, se iniciaram mudanças interessantes que logo perderam sustento e toparam com conflitos e desencontros políticos, os quais terminaram debilitando a opção de um desenvolvimento esportivo emancipador e possibilitando a consolidação de tendências de corte neoliberal.<sup>16</sup>

Uma vez assumida a responsabilidade nacional de organizar dois megaeventos se terminou de fechar o oxigênio para opções para o modelo inovador, pois todos os recursos institucionais se verteram para enfrentar o desafio do rendimento e de qualificar nos *ratings* internacionais; nesse contexto o Estado se vê impelido a adotar como responsabilidade a sedutora opção de buscar um assento alto no medalheiro internacional.

Os olhares críticos que temos revisado coincidem em que a pressão do esporte-espetáculo determinado, que nos países anfitriões, em lugar de avançar em um sentido esportivo integral, participativo, ligado à educação e à promoção de modos de viver saudáveis, retrocedeu em direção à opção elitista do modelo de alto rendimento, que não só encarna uma opção equivocada do avanço esportivo, e a redução da prática esportiva a uma engrenagem do esporte negócio, é uma via para a acumulação de riqueza e exclusão da maioria em direção à condição de consumidores do esporte-espetáculo.

### *Elementos para pensar sobre uma agenda estratégica*

Apesar do dito não se pode crer que o esporte-negócio pode tudo, nem que o esporte-emancipador está perdido. A realidade histórica demonstra a resiliência dos povos e sua capacidade de se levantar na adversidade. Terá que se construir consciência nas bases sociais e na juventude de que se florescer e se levantar o esporte-espetáculo-negócio, não só se afetará o futuro esportivo de nossos povos, como também o processo de desenvolvimento que se propuseram seguir os setores progressistas do Estado. Há que se ter a consciência de que a reprodução de

dita lógica esportiva implica para todos os nossos povos um retrocesso diante da construção de uma América Latina justa e um modo de viver saudável.

Vivemos uma era complexa, com alguns avanços em sentido histórico progressista, porém sob um acelerado crescimento do capital monopólico e a permanente ameaça de contenção político-ideológica; realidade que não afeta unicamente o desenvolvimento esportivo, nem se trata apenas da fragilidade de uma consciência social ainda imperfeita. O problema de fundo é que a base material da cultura do negócio, dentro e fora do esporte, do sistema de acumulação de capital, não só está essencialmente intocado, e desponta em formas crescentemente agressivas – ainda em países que deram um giro político à esquerda – senão que esses poderes onímodos dispõem de mecanismos massivos, e aparentemente inócuos, para construir e reproduzir sua hegemonia, como são os casos do esporte e a rede global ou Internet.

É conveniente ilustrar a complexidade dos mecanismos de domínio atuais e para isso nos serve enfocar aqueles que por sua atração sedutora podem passar despercebidos, como os que se exercem desde o esporte e a rede global, cujo papel recém começa a se compreender. Em efeito, como se tem dito a respeito da rede global ou Internet em um magnífico ensaio de recente publicação: “lamentavelmente ainda menosprezamos a forma rotunda como o capitalismo corporativo domina nossas vidas, definindo nossos tempos, nossa cultura e nossas maneiras de compreender não só a Internet senão todos os demais aspectos de ordem social [...]” (McChesney, 2013)<sup>17</sup>; e nós agregaríamos agora, que domina até o modo como entendemos o sentido e as formas de atividade física e esportiva.

A vertigem atual no avanço do esporte-negócio e dos usos de tecnologia que o fazem possível nos recorda a admoestação de Marcuse, de “[...] uma tecnologia que progride no marco da dominação”<sup>18</sup>, não só pela desproporção entre os milionários investimentos no desenho de roupa e equipamentos para o alto rendimento, como dos fundos destinados à pesquisa das técnicas para o avanço do esporte e atividade física

<sup>17</sup> McChesney, Robert Waterman. 2013. *Digital disconnect: how capitalism is turning the Internet against democracy*. New York: The New Press.



na educação, por exemplo, senão pelo entorno elitista e comercial que se tece ao redor da circulação global das mercadorias esportivas.

É por isso que, em um momento de arrasador predomínio da lógica lucrativa não podemos compartilhar essa excessiva confiança de quem se refere com lassitude e ilimitado otimismo ao predomínio de “legados positivos” dos megaeventos (Da Costa, Correa, Rizutti, Villano, Miragaya, 2008)<sup>19</sup>, sem reparar nas experiências adversas dos países que já os atravessaram. As evidências históricas acumuladas exigem uma tomada de distância e aplicação do pensamento crítico para submeter o estudo do esporte funcional a um sério escrutínio; desde os conceitos nos quais se baseia seu modelo – como é a noção mesma de legado<sup>20</sup> – até as implicações socioeconômicas, culturais, ideológico-políticas e ambientais do mesmo.

Nem sequer no terreno econômico a experiência traduz vantagens generalizadas. Depois de passar revista às experiências dos jogos de Barcelona (1992), Sydney (2000), e Beijing (2008), o pesquisador Marcelo Proni conclui que se tem sobre-estimado os benefícios como fim de legitimar os enormes gastos públicos feitos, e sua ilustrativa conclusão é que “as receitas do *marketing* olímpico pagam os gastos da organização da festa, porém não há preparação do local da festa”. Constatamos também que o tema das vantagens é universalmente polêmico e cita um debate auspiciado pelo *New York Times* em que se fez evidente que, se organizar os jogos é motivo de orgulho nacional e satisfação psicológica, os benefícios no longo prazo são outra coisa e a gente das cidades-sede deve se assegurar de melhorias urbanas e sociais reais, chegando alguns especialistas a dizer que as cidades que procuram desenvolvimento e prosperidade bem fariam em evitar ser anfitriões posto que a infraestrutura ocupa ineficientemente o escasso e valioso solo (Proni, 2009).<sup>21</sup>

Em todo caso, para não cair em um maniqueísmo os próprios autores citados reconhecem que existem aspectos positivos na experiên-

cia das cidades anfitriãs, como Barcelona, que conseguiu transformar o transporte, ou Sydney, que aproveitou para avanços ambientais consideráveis, porém sempre deve prevalecer a condição de que as autoridades e as organizações sociais mantenham uma presença firme com ideais claros (interesse nacional e social) e exigindo processos transparentes sujeitos a rendição de contas.

Nesta mesma linha de reflexão crítica temos que incluir o problema da cooperação internacional, que desempenha um papel na implementação de políticas. Alguns autores começaram a pesquisar este problema, encontrando correlação entre as agendas e propostas do campo educativo que tem a ver com o esporte e aquelas que impulsionam entidades de evidente relação como projeto neoliberal. As prescrições da Carta Internacional de Educação Física e Esportes da UNESCO, aprovada em 1978, que instauravam o princípio internacional do direito universal ao esporte e atividade física, foram se transformando. Já na III Conferência de Ministros Responsáveis pelo Esporte (1999), contando com a expressa colaboração de representantes do COI, foram instaurados os temas ético, social, do *fair play*, em harmonia como novo marco que esta reunião consagra e a coesão social, mútua tolerância, integração étnica e cultural das minorias nesta era das migrações, e a necessidade de educação física como recurso na prevenção de delinquência. Era um novo tipo de ênfase, mais ligado às preocupações das classes dirigentes, e que desembocou até o ano 2003 na inserção da problemática das famosas “metas do milênio”. Na nova lógica, segundo o autor citado, se dissolveu o caráter integral, ativo e crítico de um esporte voltado para a conquista e igualdade e ampliação dos direitos (De Melo, Marcelo, 2009).<sup>22</sup>

A América Latina liberadora não pode se dar o luxo da ingenuidade e ceder agora aos cantos de sereia de um modelo de eventos centrados na acumulação de lucros e na redução do esporte ao rendimento e o uso irrestrito da tecnologia. O culto à via tecnológico-empresarial do progresso esportivo é um resíduo da contrarreforma neoliberal e do espírito pragmático funcional, que está roubando a alma das universi-

19 DaCosta, Lamartine P, Dirce Correa, Elaine Rizutti, Bernardo Villano e Ana Miragaya. 2008. *Legados de megaeventos esportivos*. Op. cit.

20 De Souza, Juliano e Wanderley Marchi Junior. 2010. “Os ‘Legados’ dos megaeventos esportivos no Brasil: algumas notas e reflexões.” *Motrivivência* XXII (34) (Junho): 245-255. doi:10.5007/2175-8042.2010n34p245.

22 De Melo, Marcelo. 2009. “Organismos internacionais e grandes eventos esportivos: novas dinâmicas da dominação burguesa para o século XXI | Paula de Melo | Motrivivência.” *Motrivivência* XXII (34) (Junho): 28-40.



dades e reproduzindo uma cultura tecnocrática, ainda nas instituições públicas de governos de tendência progressista.

Entusiasma-nos, em troca, que neste país irmão se deem expressões desde a margem de uma reação social e se exija uma rendição de contas diante do manejo dos enormes recursos que mobilizam os megaeventos. Produziram-se, por exemplo, reuniões entre o governo, a Secretaria Geral da Confederação Sindical Internacional, a Central Sindical das Américas (CSA) e as centrais sindicais brasileiras – CUT, Força Sindical e UGT. Nessas oportunidades as organizações fizeram chegar ao governo propostas importantes: 1) garantia de um diálogo social entre trabalhadores, governo e organizadores (FIFA e Comitê Olímpico Internacional) para discutir uma estratégia sobre os impactos dos eventos esportivos; 2) que os recursos provenientes de bancos públicos, como o BNDES, tenham cláusulas expressas que assegurem a liberação de recursos para cumprir os direitos dos trabalhadores; e 3) o respeito às normas do trabalho no que corresponde à produção e serviços relativos à realização dos eventos.<sup>23</sup>

Ainda que desconheça o resultado real de tais deliberações e sua continuidade, parece existir vontade política para enraizar uma condução e monitoramento público-social em direção da defesa do povo trabalhador, sem esquecer que em um país com uma grande população informal e não agremiada, é necessário encontrar e multiplicar mecanismos de proteção social e de redistribuição dos benefícios.

Trago para vocês a saudação fraterna de minha equipe de trabalho, da Universidade Andina Simón Bolívar, Sede Equador, e a mensagem, ou melhor, deveríamos dizer, proposta, de que nos aliemos para implementar agora e até o ano de 2016, no Observatório Regional de Saúde, um subsídio para o monitoramento e debate crítico propositivo sobre os megaeventos que seria coordenado pelo IELA, que teria a minha equipe técnica como recurso operativo já organizado e com avanços exitosos que nos enlaçam imediatamente a cerca de 50.000 companheiros do mundo, e às redes de cooperação que vocês e nós mantemos como suporte social do processo. Tenho a esperança de que possamos aproveitar as Jornadas para dar vida a este projeto.

Concluo expressando que o dilema que se apresenta na luta pelas políticas públicas, de pesquisa e educativas, entre quem sustenta como critério de desenvolvimento a prioridade de uma aceleração econômica concentrada *versus* quem empurra o desenvolvimento estendido e profundo da capacidade de todos, não é privativa do esporte, é igualmente válida diante de todos os componentes do desenvolvimento; o qual nos situa ante a contradição maior de nosso tempo, entre dois modelos de civilização: o dos povos, e o das elites de grandes proprietários.

Nós, uns em qualidade de especialistas sociais, outros em condição de especialista de esporte, e os que pesquisamos a saúde integral, devemos nos posicionar com clareza e firmeza diante desta contradição, ratificando o princípio ético político de instaurar uma luta revolucionária na direção de um novo modelo de civilização, onde haja espaço para uma economia sustentável na Terra, para o avanço de uma cultura e política soberanas, para a construção solidária do conviver, e para a possibilidade real de desfrutar de modos de viver saudáveis, em ambientes biosseguros; uma nova sociedade possível, onde a prática física e esportiva sejam parte de uma vida em saúde, com espaço e tempo para o ócio criativo e uma espiritualidade liberada da corda do dinheiro.

É na direção desse novo amanhecer que devem apontar agora nossas forças e organizações. E para isso é indispensável um projeto político emancipador; um bloco social firme e coeso; e uma capacidade para empregar a mais alta tecnologia e os saberes em função da vida. Tudo isto implica em uma profunda transformação do projeto político e uma aliança consistente entre as organizações sociais e a academia progressista; um desafio em que todos nós podemos colocar nosso grão de areia.

Nesta segunda década do novo milênio a história reclama de nós uma ruptura com os moldes heroicos, porém incompletos, de outros tempos, existe necessidade de cultivar uma nova mentalidade e construir espaços onde convirjam todas as vozes e olhares: as da ciência crítica; as do pensamento ancestral afro e indígena; a sabedoria popular dos subalternos e excluídos; e, em definitiva, onde se recriem e multipliquem as organizações que trabalham pela vida, dispostas a derrotar a lógica e a cultura da morte.